

Art. 1º - O art. 56, da Lei nº 1.041, de 25 de fevereiro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder abono especial, em valores proporcionais ao Vencimento ou Salário dos Profissionais da educação básica ao final de cada exercício financeiro, desde que tenham estado durante este período ou parte dele, em efetivo exercício na Educação Básica Pública, e tenham pelo menos 90% (noventa) por cento de frequência, sempre que o dispêndio com Vencimento, Salários, Gratificações e Encargos Sociais, não atinjam a aplicação mínima obrigatória de 70% (setenta por cento) dos recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), preconizado na Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020.”

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, restrito ao ano de 2021, abono salarial na forma de 14º (décimo quarto) salário exclusivamente aos profissionais em efetivo exercício da educação básica da rede pública municipal de Teotônio Vilela, que perceberem a remuneração por meio dos recursos oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Parágrafo Único – O abono de que trata o artigo 2º, será pago com recursos financeiros oriundos do Fundeb alusivos ao exercício de 2021.

Art. 3º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, por força da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir no corrente orçamento, crédito adicional de natureza especial, em valor suficiente e necessário a execução da presente.

Art. 4º - A presente lei utiliza a sistemática de abono/rateio, a fim de minimizar os danos aos valores resguardados pelo art. 212-A, inciso XI, da CF/88, dada a Supremacia da Constituição perante as demais legislações.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em Teotônio Vilela/AL, 29 de dezembro de 2021.

PEDRO HENRIQUE DE JESUS PEREIRA

Prefeito

A presente Lei foi publicada e Registrada na Secretaria Municipal de Administração, 29 de dezembro de 2021.

FLÁVIO FRANCISCO FRANOLI OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração, Gestão e Patrimônio

Publicado por:

Joana Bárbara da Silva

Código Identificador:ADC93D85

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA**

**SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS, PLANEJ. E
ORÇAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 67.1/2021**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Contrato nº 67.1/2021– Processo nº 10210082/2021– Dispensa de Licitação nº nº 11/2021- Contratado: DEIVISSON DA SILVA-ME, inscrita no CNPJ nº **31.785.499/0001-13**, no valor global de R\$ 34.034,00 (trinta e quatro mil e trinta e quatro reais), que tem como objeto a contratação emergencial por 02 (dois) meses de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos para transporte escolar dos estudantes da rede pública municipal. Data de assinatura: 18/11/2021 - Vigência: 02 meses a partir da data de assinatura. PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/João Victor Calheiros Amorim Santos/Prefeito – Órgão gerenciador/ Iolanda Kátia de Almeida Tenório/ Secretaria Municipal de Educação– DEIVISSON DA SILVA-ME /Contratada/ Deivisson da Silva/Representante legal

Publicado por:

Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra

Código Identificador:C1AC1D3C

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA
JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

RECURSANTE: CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE EIRELI.

A empresa CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 18.286.438/0001-43, impetrou recurso administrativo em face de sua Inabilitação na Concorrência nº 014/2021, Processo nº 19093/2021, que tem por objeto obras e serviços de construção de uma creche localizada no Bairro João Paulo II no Município de Arapiraca/AL, o qual passaremos a analisar a seguir:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, salienta-se que nos termos do art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante.

O Julgamento Habilitatório da Concorrência nº 014/2021, datado de 25 de novembro de 2021, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas em data de 26 de novembro de 2021, estabeleceu prazo para apresentação de recurso administrativo até o dia 06 de dezembro de 2021, ficando os autos do processo com vista franqueada aos interessados. A Recursante, tempestivamente, apresentou recurso no dia 03 de dezembro de 2021.

Em atendimento ao estabelecido no art. 109, §3º, da Lei nº 8.666/93, os demais licitantes foram comunicados sobre a interposição de recurso, sendo estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das contrarrazões, cujo término foi definido para o dia 15 de dezembro de 2021, conforme Comunicado de Interposições de Recursos Administrativos datado de 06 de dezembro de 2021 e veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas em data de 07 de dezembro de 2021. Findo o prazo mencionado, não houve manifestação ou apresentação de contrarrazões.

2. DAS RAZÕES DE RECURSO

A Recursante alega em sua peça recursal que atendeu de forma satisfatória o item de estrutura metálica exigido como de maior relevância, apresentando quantitativo superior ao exigido no edital, com características semelhantes, compatível com o exigido.

Ainda sobre a estrutura metálica, ressaltou que “A REFERIDA ESTRUTURA, requerer mão de obra treinada e especializada, além disso nas ligações, serão utilizados solda ou parafusos. Igual a Estrutura Steel Frame, exigida no Edital”.

No que se refere à telhamento, a Recursante defende que “TAMBÉM ATENDEU EM QUANTIDADE E SEMELHANÇA AO REQUISITO CONSTANTE DO ITEM 7.1 PERTENCENTE A TABELA DOS IETNS DE MAIOR RELEVANCIA”.

Aduz que o entendimento da Comissão de Licitação deste Município é equivocado, uma vez que os atestados servem para demonstrar que a licitante já executou objeto semelhante ao da licitação, e não igual.

Pontua que não ter apresentado objeto idêntico ao solicitado no edital não significa que a empresa não tenha condições de executar o serviço, conforme transcrito abaixo:

O simples fato de não ter apresentado atestado constando execução em **Steel Frame e Telha Sanduiche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5 x 0,43mm** de forma idêntica ao exigido não significa que a mesma não tenha condições de executar neste tipo de sistema.

Por fim, requer que seja dado provimento ao recurso, admitindo-se a participação da Recursante na próxima fase da licitação.

3. DO MÉRITO

As exigências para comprovação da capacidade técnico-operacional e técnico-profissional das empresas interessadas em participar do presente certame foram estabelecidas, respectivamente, nos subitens 7.1.3.3 e 7.1.3.4 do edital, in verbis:

7.1.3.3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, devendo-se observar:

7.1.3.3.1. Os quantitativos mínimos considerados satisfatórios pelo Município de Arapiraca são os abaixo discriminados, correspondentes a aproximadamente 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da presente licitação, em consonância com a Súmula 263 do TCU e Acórdão 2.462/2007, sendo estes considerados suficientes para assegurar a execução dos serviços contratados, sem restringir o número de participantes na licitação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
7.2	Telha Sanduiche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5 x 0,43mm	m²	701
7.1	Estrutura steel frame metálica em tesouras	m²	725
10.1.7	Piso vinílico em manta espessura 2 mm	m²	197
9.1.12	Forro em fibra mineral removível (1250x625x16mm) apoiado sobre perfil metálico "T" invertido 24mm	m²	367
9.1.2	Emboço para paredes internas traço 1:2:9 - preparo manual - espessura 2,0 cm	m²	1391

7.1.3.3.2. Para fins de confirmação da autenticidade e correção dos atestados apresentados para comprovação da qualificação técnico-operacional, será exigida a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico) correspondente, com registro de atestado (atividade concluída ou em andamento), referente aos respectivos profissionais, na qual conste a licitante como empresa vinculada à execução do contrato, conforme Acórdão TCU 2326/2019 – Plenário.

7.1.3.3.3. É permitido o somatório dos quantitativos estipulados no subitem 7.1.3.3.1, mediante comprovação em mais de um atestado, em consonância com o Acórdão 1231/2012-Plenário.

7.1.3.3.4. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) emitido(s) por empresa do mesmo grupo empresarial do licitante.

7.1.3.3.5. Para facilitar análise da qualificação técnico-operacional da empresa e dar celeridade ao procedimento licitatório, os licitantes deverão apresentar quadro resumo informando as páginas de sua documentação de habilitação onde se encontram os itens constantes do subitem 7.1.3.3.1, com os respectivos quantitativos.

7.1.3.4. Quanto à capacitação técnico-profissional:

7.1.3.4.1. Declaração do representante legal da empresa licitante indicando o(s) responsável(is) técnico(s) habilitado(s) com registro ou inscrição na entidade profissional competente, conforme modelo constante no ANEXO VI deste edital;

7.1.3.4.2. Apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativa à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO
7.2	Telha Sanduiche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5 x 0,43mm
7.1	Estrutura steel frame metálica em tesouras
10.1.7	Piso vinílico em manta espessura 2 mm
9.1.12	Forro em fibra mineral removível (1250x625x16mm) apoiado sobre perfil metálico "T" invertido 24mm
9.1.2	Emboço para paredes internas traço 1:2:9 - preparo manual - espessura 2,0 cm

7.1.3.4.3. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:

a. Apresentação do contrato social do licitante, no caso do profissional pertencer ao quadro societário da empresa;

b. Apresentação de contrato de trabalho ou carteira profissional ou da ficha de registro de empregados que demonstrem a identificação profissional, no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da licitante; ou

c. Declaração emitida pela empresa participante, de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência desse profissional, quanto a sua indicação para a prestação dos serviços, comprometendo-se a compor a equipe da empresa, caso esta venha a ser pré-qualificada.

7.1.3.4.4. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

7.1.3.4.5. Não será admitida a apresentação do mesmo Responsável Técnico por diferentes licitantes, caso em que as licitantes nesta situação serão inabilitadas.

7.1.3.4.6. Caso o licitante seja sociedade cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata esse subitem devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971.

Considerando que a Comissão de Licitação não detém conhecimento técnico específico para avaliar os documentos apresentados para qualificação técnica, os documentos apresentados para qualificação técnica de todas as empresas participantes da licitação foram submetidos à equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a qual, após análise, emitiu parecer técnico sobre o cumprimento das disposições estabelecidas no edital. Essa prerrogativa da Comissão de Licitação foi prevista no subitem 26.14 do edital, que assim estabelece:

26.14. A Comissão poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal deste Órgão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas contratadas, para orientar sua decisão.

Nos procedimentos licitatórios é comum as comissões de licitações solicitarem manifestação de profissionais especializados, no que tange a matérias de ordem técnica relacionadas com a natureza e as características do objeto da licitação. Ocorre tal pedido em virtude de, quase sempre, os membros das comissões de licitações não deterem conhecimentos técnicos com pertinência as especificidades contidas nos objetos dos certames, portanto, carecendo de pareceres técnicos para assegurar um julgamento correto.

Sobre a possibilidade da Comissão de Licitação solicitar parecer técnico ou jurídico, assim assentou o TCU no Acórdão nº 1182/2004 – Plenário (Relator Walton Alencar Rodrigues):

9.3.1.15. obrigatoriedade de a Comissão Permanente de Licitação não delegar competências exclusivas de sua alçada, tais como habilitação e julgamento das propostas, para outras unidades da empresa, conforme preconiza o art. 6º, inciso XVI, c/c o art. 45, todos da Lei 8.666/93, **ressalvada a possibilidade de solicitar parecer técnico ou jurídico relativo à matéria submetida à sua apreciação.** (grifo nosso).

O art. 38, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93, assim dispõe:

Art.38.O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

VI- pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

Portanto, o parecer técnico é relevante para subsidiar a Comissão de Licitação nas decisões a serem tomadas sobre temas técnicos, cujo conhecimento foge da competência acadêmica específica e funcional dos membros da comissão.

Assim, partindo desse pressuposto, o recurso da empresa CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE EIRELI, por se tratar de matéria de teor eminentemente técnico, foi encaminhado à equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura, que conforme Parecer Técnico emitido em 07 de dezembro de 2021, parte integrante do presente julgamento, entendeu que a empresa cumpriu as exigências de qualificação técnica no que se refere ao item 7.2 (Telha Sanduíche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5 x 0,43mm), no entanto, entendeu não haver similaridade entre estrutura Steel Frame metálica em tesouras com estrutura metálica em tesouras, cuja análise transcrevemos a seguir:

A empresa Construtora Novo Horizonte Eireli, apresenta no item 4.2 da CAT nº 89791/14/2014 "4.2.1 – **Estrutura Metálica Treliçada** em Aço da Coberta do Hall de entrada; 4.2.2 – **Estrutura Metálica Treliçada** em Aço da Coberta da Biblioteca ", que é exatamente o item não similar, respondido para empresa Assistance Engenharia Eireli no dia 26/08/2021.

A empresa Construtora Novo Horizonte Eireli, apresenta subitens 4.2.1 e 4.2.2 da CAT nº 89791/2014 com a descrição diferente aos subitens em texto nomeados. Trata-se dos subitens 4.2.8 e 4.2.9 para serem analisados

"4.2.8 – Telha em Alumínio c/ miolo Poliuretano, trapezoidal+trapezoidal; 4.2.9 – Telha em Alumínio c/ miolo poliuretano, trapezoidal + trapezoidal, pré-pintada em uma face " item **similar** ao exigido no Edital, com os mesmos metodologia executiva ao item 7.2 de relevância do Edital.

CONSTRUTORA NOVA HORIZONTE							
Item							
	QUALIF. TÉCNICA CAT		679540/18	659694/16	679541/18	89791/14	
	TIPO	Quantidade mínima					Quantidade Total
	Operacional		SIM	SIM	SIM	SIM	
7.2	Telha Sanduíche metálica com preenchimento em PIR 30 mm, 05 x 043 mm	701 m²				1.161,99	1.161,99
7.1	Estrutura Steel frame metálica em tesouras	725 m²					0,00
10.1.7	Piso Vinílico em manta espessura 2 mm	197 m²				1.637,40	1.637,40
9.1.12	Forro em fibra mineral removível (1250x625x16mm) apoiado sobre perfil metálico T invertido 24 mm	367 m²				1.666,04	1.666,04
9.1.2	Emboço para paredes internas traço 1:2:9 - preparo manual, espessura 2,0 cm	1291 m²	184,30	1.419,48			1.603,78
	Profissional		SIM	SIM	SIM	SIM	
7.2	Telha Sanduíche metálica com preenchimento em PIR 30 mm, 05 x 043 mm	701 m²				Ok	Ok
7.1	Estrutura Steel frame metálica em tesouras	725 m²					
10.1.7	Piso Vinílico em manta espessura 2 mm	197 m²				Ok	OK
9.1.12	Forro em fibra mineral removível (1250x625x16mm) apoiado sobre perfil metálico T invertido 24 mm	367 m²				OK	OK
9.1.2	Emboço para paredes internas traço 1:2:9 - preparo manual, espessura 2,0 cm	1291 m²	OK	OK		OK	OK

Dessa forma, entendemos que a empresa atendeu a Qualificação Técnica do item 7.2 - Telha Sanduíche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5 x 0,43mm.

Entretanto, com os mesmos fundamentos técnicos, apresentados em resposta a empresa Assistance Engenharia Eireli no dia 26/08/2021 em anexo, entendemos não haver similaridade entre “*Estrutura Steel Frame metálica em tesouras*” com “*estrutura metálica em tesouras*”.

O Parecer Técnico supramencionado também cita a resposta a pedido de esclarecimento feito pela empresa Assistance Engenharia Eireli, respondido em 26/08/2021, parte integrante do Parecer Técnico, informando não haver similaridade entre estrutura Steel Frame metálica em tesouras com estrutura metálica em tesouras. Ressaltou ainda que a empresa Assistance Engenharia Eireli não participou do certame licitatório.

Ante ao exposto no Parecer Técnico, a empresa CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE EIRELI não comprovou a capacidade técnico-operacional nem capacidade técnico-profissional para o item 7.1 – Estrutura Steel Frame metálica em tesouras.

Cumprir esclarecer que o edital é a lei interna da licitação, sendo inconcebível que o órgão público fixe as regras e modos de participação dos licitantes e no transcorrer do procedimento licitatório ou em seu julgamento se afaste do estabelecido em Edital, ou admita proposta ou documentação em desacordo com as regras estabelecidas.

A vinculação ao edital que regulamenta o certame licitatório é uma garantia constitucional, e irá orientar a atuação tanto do órgão promotor da licitação quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei, que assim estabelece: “a Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada”.

Sobre a vinculação ao instrumento convocatório, o Supremo Tribunal Federal (STF), no Recurso em Mandado de Segurança RMS 23640/DF, tratou da questão em decisão assim ementada:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. **A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade.** 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (grifo nosso)

Vejamos também o julgado do STJ no Recurso Especial RESP nº 1178657:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), “a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa”, **este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica.** Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, **não supre a exigência do edital.** Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, **é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.** (grifo nosso).

Pelo exposto, considerando o Parecer Técnico supramencionado, a Recursante descumpru os requisitos de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional previstos no edital, relativo ao item 7.1 – Estrutura Steel Frame metálica em tesouras, impossibilitando a sua habilitação no presente certame, com fundamento no princípio de vinculação ao instrumento convocatório.

Por outro lado, o Parecer Técnico mencionado também apontou que a empresa CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE EIRELI atendeu à qualificação técnica referente ao item 7.2 – Telha Sanduíche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5 x 0,43mm).

É necessário destacar que a Administração Pública tem o dever-poder de rever seus atos, quando estes se apresentarem, respectivamente, ilegais ou contrários à conveniência ou à oportunidade administrativa, devendo estar aliada ao atendimento do interesse público e revestidos dos princípios da impessoalidade, moralidade e probidade administrativa, dentre outros que, obrigatoriamente, deverão ser cumpridos por seus agentes públicos.

A Administração pública cabe, em decorrência das circunstâncias e peculiaridades do interesse público, avaliar criteriosamente e posicionar-se, de forma isonômica, e com ou sem provocação, pode revogar ou anular o ato administrativo, sem que isso constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder.

Assim assentou o STF no enunciado da Súmula 473:

“Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Portanto, considerando o Parecer Técnico emitido pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a Recursante cumpriu os requisitos de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional relativos ao item 7.2 – Telha Sanduíche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5 x 0,43mm), devendo, portanto, a decisão ser reformada nesse ponto.

4. CONCLUSÃO:

Assim, em face das razões expendidas acima, INDEFERIMOS PARCIALMENTE o pedido formulado pela empresa CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE EIRELI, mantendo a sua inabilitação na licitação em tela, conforme disposto abaixo:

· No que diz respeito à qualificação técnica relativa ao item 7.1 – Estrutura Steel Frame metálica em tesouras, INDEFIRIMOS o pedido formulado pela RECURSANTE, mantendo a sua inabilitação.

· No que diz respeito à qualificação técnica relativa ao item 7.2 – Telha Sanduíche metálica com preenchimento em PIR 30mm, 0,5 x 0,43mm), DEFIRIMOS o pedido formulado pela RECURSANTE, reformando a decisão nesse ponto.

Que o presente julgamento, com a peça recursal apresentada, seja anexado ao processo principal, e ainda, que o presente julgado seja disponibilizado aos interessados.

Por fim, que a presente decisão seja encaminhada à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, a quem caberá a decisão final.

Arapiraca/AL, 22 de dezembro de 2021.

TIAGO DE ALMEIDA SILVA

Presidente da CPL

CLAUDIO BARBOSA DE ALBUQUERQUE SILVA

Membro da CPL

KERLEY LARISSA LIMA SANTANA

Membro Suplente da CPL

Publicado por:
Micheliney Rodrigues de Souza
Código Identificador:E1D8097A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

RECURSANTE: R M K F CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA.

A empresa R M K F CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.298.136/0001-31, impetrou recurso administrativo em face de sua Inabilitação na Concorrência nº 015/2021, Processo nº 19083/2021, que tem por objeto obras e serviços de construção de uma creche localizada no Residencial Agreste no Município de Arapiraca/AL, o qual passaremos a analisar a seguir:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, salienta-se que nos termos do art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante.

O Julgamento Habilitatório da Concorrência nº 015/2021, datado de 25 de novembro de 2021, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas em data de 26 de novembro de 2021, estabeleceu prazo para apresentação de recurso administrativo até o dia 06 de dezembro de 2021, ficando os autos do processo com vista franqueada aos interessados. A Recursante, tempestivamente, apresentou recurso no dia 30 de novembro de 2021.

Em atendimento ao estabelecido no art. 109, §3º, da Lei nº 8.666/93, os demais licitantes foram comunicados sobre a interposição de recurso, sendo estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das contrarrazões, cujo término foi definido para o dia 15 de dezembro de 2021, conforme Comunicado de Interposições de Recursos Administrativos datado de 06 de dezembro de 2021 e veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas em data de 07 de dezembro de 2021. Findo o prazo mencionado, não houve manifestação ou apresentação de contrarrazões.

2. DAS RAZÕES DE RECURSO

A Recursante alega que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) veda a exigência de que o atestado de capacidade técnico-operacional da empresa licitante seja registrado ou averbado no CREA, e que a exigência de registro de atestados está limitada à capacidade técnico-profissional. Para corroborar com esse entendimento, cita os Acórdãos nºs 1542/2021-TCU-Plenário, 1849/2019-TCU-Plenário, 1674/2018-TCU-Plenário e 7260/2016-TCU-2ª Câmara.

Entende que há um equívoco formal no subitem 7.1.4.2 do Edital, uma vez que os Termos de Abertura e Encerramento não fazem parte do Balanço, mas sim do Livro Diário.

Por fim, requer que seja anulada a decisão que a inabilitou, visto que as exigências foram cumpridas na íntegra, ao tempo que solicita a sua habilitação.

3. DO MÉRITO

Preliminarmente, é consabido que a licitação, como procedimento administrativo, deve obedecer aos ditames constitucionais, aos princípios gerais de direito e à lei, aqui citando particularmente a Lei Federal nº 8.666/93, que regula a modalidade de licitação denominada Concorrência, e que esta comissão de Licitação agiu com estrita observância aos princípios básicos descritos no artigo 3º da mesma lei, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e os que lhes são correlatos.

Oportuno se torna dizer que a Recursante foi inabilitada no presente certame por descumprir as exigências previstas no instrumento convocatório, cujos motivos foram discriminados na Ata de Julgamento Habilitatório da Concorrência nº 015/2021, os quais reproduzimos a seguir:

II – INABILITAR, por descumprimento dos dispositivos do Edital, as empresas listadas abaixo:

(...)